

## **TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DESTAQUE PARA COQUEIROS (MIRANGABA-BAHIA)**

Autor: Jesiâne Lopes da Silva; Orientador: Prof. Dra. Luzineide Dourado Carvalho

Programa de Pós Graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina.  
[mped.uneb@gmail.com](mailto:mped.uneb@gmail.com)

Este texto traz um mapeamento dos territórios quilombolas na região do Semiárido Brasileiro, tomando como referência a comunidade quilombola de Coqueiros (Mirangaba-Bahia), a fim de contribuir para a visibilidade desses grupos, que foram silenciados e negados historicamente. As reflexões apresentadas são resultados preliminares de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) e no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Contextualizada com o Semiárido Brasileiro (NEPEC-SAB) da Universidade do Estado da Bahia, tendo como objetivo principal investigar a contribuição dos processos educativos produzidos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros na construção da identidade territorial quilombola dos moradores, com o intuito de potencializar ações afirmativas e de fortalecimento dessa identidade. Para responder ao problema de pesquisa, nos apoiaremos na pesquisa etnográfica ancorada no método fenomenológico-hermenêutico e na abordagem qualitativa, tendo como dispositivos de construção de dados a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental e como técnica de análise de dados, a análise de conteúdos. Para a produção deste artigo realizamos busca de informações em sites oficiais sobre a questão quilombola no país e revisitamos estudos anteriores sobre a comunidade quilombola de Coqueiros. Os esforços realizados apontaram que a comunidade de Coqueiros, ganha evidência por sua localização geográfica, com grande relevância para a compreensão da formação dos quilombos e de seus modos de vida, bem como, das conquistas e dos entraves vividos pelas comunidades quilombolas no Brasil de hoje.

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas, Coqueiros (Mirangaba-BA), Identidades territoriais.

A construção das identidades territoriais quilombolas na comunidade de Coqueiros (Mirangaba-Bahia) é objeto de nossos estudos acadêmicos desde o ano de 2008, a partir das contribuições do componente curricular Geografia da África no curso de Graduação em Geografia<sup>1</sup> que se consolidou em nosso Trabalho de Conclusão de Curso<sup>2</sup>, publicado no ano de 2010. A aprovação no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade<sup>3</sup>, no ano de 2015, implicou o desejo de trazer a comunidade quilombola de Coqueiros outra vez para a pauta de nossas discussões acadêmicas, articulando identidade territorial quilombola e processos educativos não escolares, especialmente, aqueles desenvolvidos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros (APPRC) por sua importância no processo histórico de reconhecimento e titulação do território quilombola e por sua representação comunitária, legitimada em âmbito nacional. Ademais, nosso compromisso enquanto pesquisadores exige contribuir com a realidade investigada, marco da pesquisa engajada, que, ao contrário da pesquisa acadêmica, não encerra o processo investigativo com respostas aos problemas formulados.

Acreditamos que essa pesquisa poderá contribuir para a continuidade das discussões sobre as comunidades quilombolas e a cultura negra no Brasil, uma vez que sua negação gerou o estado de contradições e marginalização em que vive grande parte da população negra, cujo papel desempenhado na formação da sociedade plural brasileira é de extrema relevância. Socialmente, poderá contribuir para produzir conhecimentos sobre a comunidade quilombola de Coqueiros, necessários a construção de uma proposta de intervenção capaz de potencializar os processos educativos produzidos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros para ações afirmativas e de fortalecimento da identidade territorial quilombola e para o empoderamento dos sujeitos participantes, a fim de que se sintam motivados a dar continuidade às ações desenvolvidas. Esse texto apresenta alguns resultados preliminares da pesquisa, frutos de nossos estudos exploratórios sobre a identidade territorial quilombola, onde apresentamos um mapeamento dos territórios quilombolas no Brasil, passando pela região do Semiárido Brasileiro até alcançar a comunidade de Coqueiros, abrangendo aspectos de sua geografia, história e cultura.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia, Campus IV.

<sup>2</sup> SILVA; Jesiâne Lopes; NASCIMENTO, Kelline Roberta Ferreira. **Vida quilombola**: ênfase na construção da identidade dos moradores de Coqueiros, Mirangaba-BA. 2010. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina-BA.

<sup>3</sup> Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV.

## Metodologia

A metodologia da pesquisa é um processo de organização científica baseado na reflexão durante todo o processo investigativo, desde a construção do projeto de pesquisa até a organização de novos conhecimentos. (GHEDIN; FRANCO, 2008; MINAYO, 1994). Nessa perspectiva, ainda em fase exploratória da pesquisa, organizamos um quadro de referências metodológicas apropriado ao nosso objeto de estudo, implicando em atitudes, crenças e valores ancorados na abordagem qualitativa, no método fenomenológico-hermenêutico e na pesquisa etnográfica. Para a construção dos dados ao problema de pesquisa, julgamos ser necessária a realização de entrevistas semiestruturadas, observações participantes e análise documental, utilizando como instrumentos de registro, as gravações de áudio e vídeo, diário de campo e fotografias. Para consolidação do trabalho de campo, utilizaremos a análise de conteúdos para olhar os dados construídos e ir além do que foi dito e observado.

É oportuno destacar que para além da construção de novos conhecimentos, nosso compromisso com a comunidade exige uma intervenção e um produto capaz de contribuir com os atores sociais e a realidade investigada. Nessa perspectiva, visando potencializar os processos educativos de afirmação e de fortalecimento da identidade territorial quilombola dos moradores de Coqueiros, temos como proposta de intervenção a produção de uma cartilha sobre a comunidade a partir de uma metodologia participativa de formação. A proposta está aberta para ser dialogada com os participantes da pesquisa, pois entendemos que é a comunidade quem deve decidir o que é mais importante fazer. Na mesma direção, as escolhas metodológicas aqui apresentadas não estão fechadas, o trabalho de campo e/ou mesmo o objeto de estudo poderá exigir redimensionamentos.

Para a produção deste artigo, realizamos busca de informações nos sites da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para mapeamento de territórios quilombolas, da escala nacional ao lócus da pesquisa, a comunidade quilombola de Coqueiros. Já para contextualização da referida comunidade, revisitamos os estudos de Jesus (2013), Souza (2011), Silva e Nascimento (2010) e Coutinho (2009). Os referidos trabalhos apareceram para nós por meio de um levantamento realizado junto ao Banco de Monografias da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina, correspondente aos anos de 2005 a 2015 e no Banco de Teses e Dissertações da Capes.

## Resultados e discussão

O processo diaspórico, marcado pela chegada forçada dos africanos no Brasil, em meados do século XVI, implicou uma nova territorialidade. Estima-se que entre 3,5 milhões e 4 milhões<sup>4</sup> de africanos foram trazidos para serem escravizados no país, o que perdurou por mais de trezentos anos. Os povos africanos tinham a tradição de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias do globo, um dos principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava da história da humanidade. (ANJOS, 2006b). Todavia, como afirma Reis e Gomes (1996, p.9) “onde houve escravidão houve resistência.” que ocorreram de diversas formas, desde suicídios até fugas individuais e coletivas que davam origem à formação de quilombos, onde se agrupavam também índios e descendentes de europeus excluídos da sociedade. Miranda (2006) explica que essas formas de resistência traduziam renúncia à escravidão e a luta por liberdade.

Com a abolição da escravatura em 1888, imaginava-se que os quilombos desapareceriam. Constata-se um silêncio e uma invisibilidade sobre os quilombos nos textos constitucionais. Somente cem anos depois, com as reivindicações dos movimentos politicamente organizados, a exemplo do Movimento Negro Unificado, é quando os quilombos aparecem na Constituição Federal de 1988, como sobrevivência, “remanescente”. Nestes termos, para Almeida (2002), o Estado brasileiro reconhece o que restou, isto é, “aceita-se o que já foi”. Para o antropólogo, invés de “remanescentes”, as comunidades quilombolas são grupos étnicos de resistência que reivindicam o direito à diferença cultural e à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais.

Os quilombos contemporâneos são, assim, territórios simbólico-materiais de resistência física e cultural dos descendentes e das heranças africanas no Brasil. São grupos étnicos de direitos culturais e territoriais, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Decreto n.º 4887/2003, segundo critérios de auto atribuição com base em sua ancestralidade negra, trajetórias próprias e relações territoriais singulares. Para Anjos (2006a, p.19) são “territórios étnicos de resgate e manutenção das heranças africanas sobreviventes no país.”, sendo o território étnico entendido como um espaço construído a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e sua população, geralmente, possui uma origem comum.

---

<sup>4</sup> Projeto África. Negros na História do Brasil: Cultura e Quilombos. Disponível em: [http://www.dialetico.com/projeto\\_africa\\_2/projeto\\_africa\\_04.pdf](http://www.dialetico.com/projeto_africa_2/projeto_africa_04.pdf). Acesso em: 10/07/2016.

Na atualidade, estima-se a existência de três mil comunidades quilombolas<sup>5</sup>, presentes, com exceção de Roraima, Acre e Distrito Federal, em todas as unidades políticas brasileiras, o que revela que não são poucos os quilombos formados no país, um patrimônio territorial e cultural vivo e inestimável, que somente após 1988 passaram a ter atenção do Estado, autoridades e organismos oficiais, por força do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que se apresenta como um instrumento potencializador da emergência das comunidades quilombolas presentes no território brasileiro.

Nesse cenário, a região do Semiárido Brasileiro<sup>6</sup> ganha destaque pela elevada concentração de registros, com representatividade superior a 47% no âmbito nacional. Conforme quadro 1., a região conta com 1.426 comunidades que oficialmente se auto reconhecem quilombolas, sendo que, desse quantitativo apenas 1.237 foram certificadas. Cabe destacar que entre os cinco estados brasileiros com maior concentração de registros, três deles integram a região do Semiárido, a saber: Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. A Bahia, principalmente, ocupa a primeira posição no *ranking* brasileiro dos estados com maior concentração de registros. São 597 comunidades quilombolas certificadas, de um total de 718 comunidades com processo de reconhecimento em andamento.

**Quadro 1. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) no Semiárido Brasileiro<sup>7</sup>**

Estados	CRQ's (Certidões)	CRQ's (Comunidade)
Alagoas	67	68
Bahia	597	718
Ceará	45	46
Minas Gerais	229	275
Paraíba	36	38
Pernambuco	129	138
Piauí	81	86
Rio Grande do Norte	22	22
Sergipe	31	35
<b>Total</b>	<b>1237</b>	<b>1426</b>

Fonte: SILVA, J.L., 2016. Adaptado a partir de informações disponíveis nos sites da Fundação Cultural Palmares, atualizadas em 20/05/2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO.pdf>. Acesso em: 09/07/2016.

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 09/07/2016.

<sup>6</sup> Com extensão territorial atualizada de 982.563,3 km<sup>2</sup>, sendo que a Região Nordeste concentra 89,5% dessa área, abrangendo a maioria dos estados nordestinos, com a exceção do Maranhão, e o Estado de Minas Gerais, situado na Região Sudeste, possui os 10,5% restantes. (IBGE, 2016)

<sup>7</sup> Para produção do quadro utilizou-se dados da Fundação Cultural Palmares por estados, não houve uma correção geográfica quanto aos limites dos municípios que integram a região do Semiárido Brasileiro.

Diante desse panorama, a comunidade de Coqueiros, lócus da pesquisa que estamos desenvolvendo, localizada no município de Mirangaba, estado da Bahia, na região do Semiárido Brasileiro, ganha evidência por sua localização geográfica. Ademais, considerando o novo projeto de regionalização e desenvolvimento territorial da Bahia, em vigor desde 2006, o município de Mirangaba está inscrito no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina que reúne dezoito comunidades quilombolas certificadas, sendo que dez, localizam-se no município em questão. Deste modo, o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, conhecido, na época da colonização, como Serras de Jacobina, apresenta uma configuração expressiva de quilombos. Segundo Jesus (2013), o Piemonte da Diamantina caracteriza-se pela produção mineral e pela mobilidade populacional visando o povoamento do interior do Brasil, principalmente, através das vias de acesso e transporte da produção existente nos séculos XVI a XVII. Para o autor, a presença da colonização portuguesa no sertão baiano contribuiu para o deslocamento da população negra e para a formação de quilombos, através de fugas constantes, como forma de resistência ao processo escravista.

Com essa configuração, o município de Mirangaba, parece ter sido um espaço escolhido para construção de territórios quilombolas. Atualmente, conta com uma rede de dez comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, com destaque para Coqueiros, a primeira comunidade mirangabense a ser certificada. A partir de então, vêm construindo uma rede de comunidades quilombolas em seu entorno, em prol do reconhecimento e da titulação de seus territórios e de suas territorialidades. Pois, o território é uma dimensão do espaço construído pelos indivíduos através de relações de poder, como forma de apropriação, tanto físico quanto afetiva do espaço onde vivem. Nessa perspectiva, o “território é produto e produtor de identidade, não refere-se apenas um ter mas também o ser de cada grupo social.” (HAESBAERT, 1999, p.186), tornando-se, provavelmente, o mais eficaz de todos os construtores de identidade. Nesse sentido, quando o território é tido como referencial central e definidor do grupo, fala-se então em identidade territorial, é o caso da identidade quilombola, visto que suas reivindicações têm causas e consequências materiais, sobretudo, territoriais.

A comunidade quilombola de Coqueiros foi reconhecida como remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano de 2006, em consonância com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No entanto, a titulação do território de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) instituída pelo Decreto nº 4.887, de 2003, continua com processo aberto desde o ano de 2008, sendo possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação das comunidades quilombolas no

Brasil tem recebido tratamento fragmentário, o que compromete o direcionamento de uma política eficaz para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, seja o reconhecimento social, seja a titulação dos territórios ocupados. (ANJOS, 2006). Nessa perspectiva, se “no passado, a resistência era constituída em torno do não aprisionamento dos negros (...), ao longo do século XX a resistência aconteceu em torno da permanência nos locais ‘escolhidos’ para moradia.” (CAMPOS, 2005, p. 31). E se cabe acrescentar, continua se arrastando por mais de uma década do século XXI. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>8</sup>, das três mil comunidades quilombolas, estimadas no país, apenas pouco mais de duas mil e seiscentas foram certificadas pela FCP. A situação é agravada quando desse total, somente duzentas e sete comunidades tiveram os títulos de suas terras emitidas, enquanto que mil e quinhentas e trinta e três ainda aguardam junto ao INCRA a delimitação e titulação de seus territórios.

A população coqueirense reúne cerca de seiscentos e cinquenta moradores, organizada em setenta e sete famílias, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (2013)<sup>9</sup>, tendo na agricultura sua principal fonte de renda. Pesquisas anteriores<sup>10</sup> evidenciaram que a população coqueirense sobrevive em sua maioria da agricultura familiar com destaque para o cultivo de banana, arroz, café, milho, mandioca e feijão. A produção está voltada principalmente às necessidades de alimentação dos próprios agricultores e suas famílias, obtida em pequenas propriedades com a utilização de mão-de-obra familiar e técnicas rudimentares. Parte da produção é comercializada, com pouca rentabilidade, pelos próprios agricultores nas “feiras livres” das cidades mais próximas.

Com base em Silva e Nascimento (2010), o dia-a-dia dos moradores de Coqueiros é marcado pelo labor diário da roça, pela vida comunitária no ato de reunir-se em grupos nas calçadas para conversar, pedir a bênção aos mais velhos, nos mutirões para construção de moradias e realização de uma atividade agrícola conhecida como “cava-brejo”. Vivenciam-se costumes tradicionais como a comida feita no fogão à lenha, o uso de ervas medicinal para o tratamento de enfermidades. Também é tradição na comunidade o casamento tradicional, o samba de roda, o reisado e o candomblé. Sendo o samba de roda e o reisado as manifestações culturais mais antigas, iniciadas na

---

<sup>8</sup> Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's)**. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em 09/07/2016.

<sup>9</sup> JESUS, Fábio Nunes de. **Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros – BA**: dos espaços de referências à afirmação identitária. 2013. 165 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

<sup>10</sup> SILVA; Jesiâne Lopes; NASCIMENTO, Kelline Roberta Ferreira. **Vida quilombola**: ênfase na construção da identidade dos moradores de Coqueiros, Mirangaba-BA. 2010. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina-BA.

comunidade desde a chegada dos primeiros moradores. Ainda, segundo as autoras, tradicionalmente, no dia seis de janeiro de cada ano civil a comunidade de Coqueiros homenageia seu padroeiro, Santo Reis. Esse festejo, organizado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros, teve sua primeira edição no ano de 2006 e, a cada ano, vêm ganhando notoriedade entre os moradores e estranhos de cidades vizinhas, além da imprensa regional.

Várias pesquisas sobre as comunidades quilombolas no Brasil, incluindo Coqueiros, apontam para a manutenção e ressignificação de práticas e saberes ancestrais que foram sendo transmitidos, ao longo dos séculos, através das memórias e das práticas tradicionais, materializadas no território e no modo de vida da população.

Essas comunidades mantêm tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, (...), o artesanato, e a fabricação de utensílios de cerâmica e palha, a linguagem que sobreviveu pelo uso de dialetos no cotidiano das famílias, a relação sagrada com a terra, à importância da vida comunitária. (ANJOS, 2006a, p.67).

O movimento pelo reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola, segundo Silva e Nascimento (2010), teve início no ano de 2000, através de iniciativas da igreja católica de Mirangaba, de representante político do Estado da Bahia e do então coordenador regional das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim-BA. O Padre Joel, então candidato a deputado estadual da Bahia, foi apresentado a comunidade de Coqueiros pelo padre da paróquia de Mirangaba e observando a ascendência negra do território, passou a incentivar o desenvolvimento de pesquisas com o intuito de evidenciar sua trajetória histórica, suas relações territoriais e sua ancestralidade negra. As informações foram levantadas através da aplicação de entrevistas com os moradores da comunidade, realizadas por pesquisadores externos com o auxílio do quilombola e, então, coordenador regional das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim.

Os estudos realizados pelo Estado revelaram que Coqueiros é “remanescente” de um antigo quilombo fundado pelo Senhor Noberto por volta de 1900. Fugido do regime escravocrata, na época, vigente em Monte Santo-Bahia refugiou-se no povoado de São Tomé, município de Campo Formoso-Bahia, e, posteriormente, veio para “as terras das palmeiras”, mais tarde chamadas de Coqueiros, devido à abundância do coco babaçu na região. Noberto era viúvo e tinha três filhas, Felícia, Mariana e Lianda. Ao longo do tempo o viúvo e suas filhas casaram-se com pessoas de lugares próximos, fixando suas moradias e ampliando continuamente o número de famílias em Coqueiros. Estas relações sociais e territoriais favoreceram a criação de laços de parentesco e de solidariedade num território predominantemente negro.

No ano de 2003, a comunidade, através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros, enviou uma carta de auto-reconhecimento a Fundação Cultural Palmares, se identificando como remanescentes de antigo quilombo e solicitando sua certificação com a finalidade de participar dos projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. No dia 22 de novembro do ano de 2006, Coqueiros, representado pelo presidente da Associação, recebeu em Brasília das mãos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Certidão de Auto-reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, datada de 31 de maio de 2006. No entanto, após dez anos de legitimação pelo estado nacional de sua descendência negra, a comunidade prossegue na luta pela delimitação e titulação do seu território. O que corrobora que a posse das terras quilombolas no Brasil vem sendo tratada com ações esporádicas de médio e longo prazo, colocando em cheque a eficácia do disposto no artigo 68 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Silva e Nascimento (2010) concluem que ser quilombola na comunidade de Coqueiros é um processo de identificação mediada por práticas sociais e relações de poder. E apontam a política nacional de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo como elemento central na produção dessa identidade. Caracterizam-na como uma identidade de resistência frente à afirmação dos atores sociais sobre sua descendência negra como reivindicação da posse da terra e a garantia dos direitos humanos, tendo, no território outro referencial identitário.

Nessa perspectiva, Jesus (2013) afirma a construção de uma territorialidade em rede, que se fortalece na sociabilidade entre lugares negros, envolvendo a comunidade de Coqueiros, o distrito de Caatinga do Moura, no município de Jacobina, o território quilombola de Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, e a comunidade quilombola de São Tomé, no município de Campo Formoso, em torno da luta pela titulações das terras quilombolas.

Em Coqueiros, esse movimento em torno da política quilombola, como observou Souza (2011), vem gestando uma identidade coletiva, construída a partir de uma rede imagético-discursiva que ativa o orgulho e a autoestima dos seus habitantes e o ideal de pertencimento ao território, fortalecendo, assim, a representação de suas tradições e práticas, as quais dão significado a memória, a cultura e a identidade do grupo.

Para Coutinho (2009), estas identidades estão sendo gestadas em Coqueiros, a partir das demandas postas pelo Autorreconhecimento, o que tem caracterizado um movimento de valorização da ancestralidade africana, gerando autoestima positiva para os seus moradores. Um “lugar aprendente” que precisa ser reconhecido como “lugar ensinante”.

É sob essa perspectiva da comunidade quilombola de Coqueiros como “lugar ensinante” que estamos interessados em investigar, colocando em pauta a contribuição dos processos educativos presentes na comunidade, em particular, na associação de moradores, na construção da identidade territorial quilombola.

## **Conclusões**

Os povos africanos não foram responsáveis apenas pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, como a história eurocêntrica quis estabelecer, eles contribuíram para a formação sociocultural e plural do território nacional, que ao longo desses séculos vêm sendo ressignificada. Os quilombos contemporâneos disseminados pelo território brasileiro são símbolos de luta e resistência cultural dos africanos e de seus descendentes no país, em oposição à escravidão vigente no Brasil-colônia, onde seus habitantes através de organizações sociais próprias reproduzem no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, seus modos de vida.

Coqueiros, localizada na região do Semiárido Brasileiro, especificamente no estado da Bahia - com destaque no âmbito nacional pelo elevado número de registros - concentra-se numa rede de territórios quilombolas com grande relevância para a compreensão da formação dos quilombos, da cultura e de seus modos de vida particulares, bem como, das conquistas e dos entraves das comunidades quilombolas no Brasil de hoje, sobretudo a partir da política pública de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas no País que tem contribuído para forjar um projeto de identidade quilombola que valoriza a auto-atribuição do grupo, por meio da memória, da história, da cultura, criando processos de identificação e pertencimento aos atributos físicos e simbólico-culturais do território, como forma de ressignificar suas territorialidades. Nessa direção, a luta do povo negro pela demarcação e titulação de suas terras, coloca o território como elemento válido e necessário a produção da identidade quilombola.

Nessa perspectiva, a realização da pesquisa que estamos desenvolvendo torna-se relevante por contribuir para a continuidade das discussões sobre os quilombos e a cultura negra no Brasil. Também, por contribuir para compreender como a identidade territorial quilombola vêm sendo construída na comunidade de Coqueiros e quais os processos educativos envolvidos, especialmente, aqueles produzidos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Coqueiros (APPRC), pois entendemos que há uma estrita relação entre identidade e educação que precisa ser considerada para compreensão do processo identitário. Ademais, nosso compromisso com a comunidade, poderá

contribuir para potencializar os processos educativos voltados a afirmação e o fortalecimento da identidade territorial quilombola da comunidade de Coqueiros.

Enfim, estamos diante de um novo ciclo de pesquisa, um processo que nunca fecha, espirala. (MINAYO, 1994). Contudo, para além da produção de conhecimentos, o que nos move enquanto pesquisadores engajados é a possibilidade de contribuir com a comunidade de Coqueiros e para o empoderamento dos sujeitos participantes da pesquisa capaz de dar continuidade às ações iniciadas no movimento de intervenção, tão cara as pesquisas engajadas no âmbito dos Mestrados Profissionais. É a oportunidade de contribuir com a comunidade e deixar nosso legado.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANJOS, R. S. A. Cartografia Étnica: A África, o Brasil e os Territórios de Quilombos. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). **Panorama da Geografia II**. São Paulo: Annablume, 2006a. p. 199-213.

\_\_\_\_\_. **Quilombolas: Tradições e Cultura da Resistência**. São Paulo: AORI comunicação, 2006b.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's)**. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em 09/07/2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em 09/07/2016.

CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela**. A produção de “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COUTINHO, I. V. B. F. **Histórias de leitura, trajetórias de vida: um olhar reflexivo sobre memórias leitoras quilombolas**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da Pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROZENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

JESUS, F. N. de. **Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros-BA: dos espaços de referências à afirmação identitária**. 2013. 165 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

MINAYO, C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 24 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.p.9-29.



MIRANDA, C. A. S. **Vestígios recuperados**: Experiências da comunidade negra rural de Tijuacu-BA. Tese de doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2006.

REIS, J.; GOMES, F. S. (org.). **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA; J. L.; NASCIMENTO, K. R.F. **Vida quilombola**: ênfase na construção da identidade dos moradores de Coqueiros, Mirangaba-BA. 2010. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina-BA.

SOUZA, Hidoleson Oliveira de. **Memória e Narrativa de Coqueiros**: Uma comunidade rural no limiar da identidade quilombola. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina: 2011.

